



Editorial – Diretoria do SINGEO-MG

"A falta de ética e a transparência no Crea-MG"

O editorial do jornal passado mostrou as questões de incoerência e falta de transparência da atual direção do CREA-MG. Nesta edição voltamos ao mesmo assunto, porém, centralizando na Comissão Especial de Análise do Mapeamento Gerencial.

Com a alegação da crise econômica e a justificativa de cortar gastos, a direção do CREA-MG demitiu em dezembro de 2008 trinta e cinco fiscais. A forma arbitrária como foi realizada, sem a finalização do balanço financeiro das arrecadações do CREA-MG e sem a instauração de processo administrativo motivou um movimento espontâneo das Câmaras Especializadas com o intuito de esclarecer as demissões ocorridas.

Na reunião Plenária de abril/09 foi apresentada a proposta de criação da Comissão Especial com a finalidade de analisar as demissões. Nos debates e com dificuldades foi aprovada a formação da Comissão Especial do Plenário, que supostamente deveria ser independente. No processo de formação, além da Câmara de Geologia e Minas apresentaram seus representantes, a Câmara de Arquitetura, Elétrica e Engenharia de Segurança, porém, os demais representantes escolhidos foram o Vice-Presidente do CREA-MG e mais dois diretores do CREA-MG, além de pessoas ligadas a atual direção. A manipulação foi tão grande que o Coordenador da Comissão foi o Diretor de Planejamento, Gestão e Tecnologia.

Não estamos dizendo que isto é ilegal, pois todos são Conselheiros, mas estamos dizendo que é imoral e antiético. Queremos chamar a atenção para o fato de que na reunião em BH do Colégio de Presidentes dos CREA's e em várias outras reuniões de entidades, o Presidente do CREA-MG afirmou que os resultados apresentados pela Comissão esclareceriam as questões e também seriam acatados. afirmou ainda, que a documentação estaria à disposição da Comissão e dos Conselheiros para a averiguação.

Com o início dos trabalhos a Conselheira da Câmara de Geologia e Minas solicitou a comissão e reiterada ao Presidente do CREA-MG uma série de documentos que tinha por finalidade comprovar a necessidade ou não das demissões e os critérios utilizados para tal. A Comissão

composta em sua maioria por representantes do CREA-MG negou a necessidade e relevância da documentação solicitada pela Conselheira do CEGM. Decidiu que seriam analisadas as planilhas que estavam sendo preparadas pela Gerência de Fiscalização.

Nas planilhas constavam apenas os nomes dos funcionários e alguns critérios criados sem o menor critério, nem as razões para tais parâmetros foram explicitados. Assim, perguntamos. Os critérios para a avaliação dos fiscais foram estabelecidos por quem? Como se chegou a estes? Pasmem! Os funcionários que foram demitidos não sabiam que estavam sendo avaliados para fins de demissão e sequer foram ouvidos durante a análise da Comissão.

A Comissão recebeu dados sistematizados sem ter acesso a documentação original e sem saber como foi elaborado, isto é no mínimo uma desonestidade intelectual.

Apesar de não ter tido acesso aos documentos originais, a Conselheira da CEGM conseguiu perceber que o avaliador da Regional Noroeste foi o mesmo que avaliou os funcionários da Região do Triângulo. Como a avaliação ocorreu em 2008 e as demissões foram em 2009, questiona-se o porque da avaliação não ter sido feita pelo então Coordenador da Regional Noroeste que na época era o Geólogo e Diretor do SINGEO-MG que também foi demitido. Pior, a avaliação das duas Regionais foi assinada por uma pessoa que era fiscal em 2008 e não poderia ter avaliado e nem assinado a avaliação, pois foi elevado ao cargo de Gerente Regional só em 2009.

Após cinco reuniões a Comissão Especial apresentou ao Plenário seu parecer final, concordando que o desempenho dos fiscais estava de acordo o realizado pela Direção do CREA-MG. Na mesma oportunidade a representante da Câmara de Geologia e Minas e do SINGEO-MG apresentou um relatório em separado, questionando a ausência de documentação, critérios de avaliação, motivo da demissão, os resultados obtidos pela Comissão Especial e a falta de veracidade dos fatos reais que motivaram as demissões.

O presidente do Conselho julgou não ser necessário a colocação do relatório final da Comissão em votação.

Citando um parágrafo da conclusão do

relatório da Conselheira do CEGM vemos que as contradições que vivemos dentro do Conselho Regional ficam evidenciadas e põe a direção atual em descrédito.

"Porque o Presidente do CREA-MG e a própria Comissão não atendeu nenhum pedido meu no sentido de acessar as documentações originais? O Presidente do CREA-MG sequer respondeu a minha carta, nem para dizer que não atenderia a minha solicitação. O que isto quer dizer? Descaso para com um Conselheiro? Falta de comprometimento com a verdade? Ou simplesmente pelo fato da documentação solicitada não existir?"

O SINGEO-MG vem a público e perante todas as categorias de profissionais que desempenham suas funções no setor Mineral desejar um ótimo Congresso e parabenizar os seus realizadores e participantes.

Pequenas Notícias

O Diretor do SINGEO-MG que foi demitido em 13 de março de 2009 do CREA-MG já obteve 4 (quatro) vitórias na Justiça.

8 de maio de 2009 - Liminar de Reintegração. Mandado de Segurança (Crea-MG) contra a Liminar - indeferido pelo Juiz. O CREA-MG recorreu com Agravo Regimental. 12 de maio de 2009 - outra Liminar de Reintegração. 27 de agosto de 2009 - Mandado de Segurança foi julgado e denegado pelo TRT e foi aberta vista ao Agravo Regimental ao Ministério Público do Trabalho. 02 de setembro de 2009 Ministério Público do Trabalho envia para o Juiz Relator seu parecer. 04 de setembro de 2009 - Publicação da Decisão que denegou o Mandado de Segurança. Além do Diretor do Singeo-MG existem outros casos que o Crea-MG não acata a decisão da Justiça e continua a pagar multas.

Ser minoria e o pré-sal;

O governo FHC tomou uma decisão de vender cerca de 40% das ações da Petrobras, conseguiu cerca de US\$ 5 bilhões. Hoje a União detém apenas 39.8% do capital total. O restante está no mercado, boa parte na bolsa de NY. Antes da venda a parte da União superava 80%. Apesar de minoritária no capital total, a União tem a maior parte do capital votante 55.7%, o que lhe dá o controle da empresa. O fato de boa parte das ações da Petrobras estar nas mãos do mercado, o que significa que seu lucro não vai todo para a União. A capitalização da Petrobras seria feita com a transferência para a estatal com os campos do pré-sal, ainda em poder da União. Os demais acionistas terão o direito de fazer um aumento de seu capital na mesma proporção – a composição do capital não mudará. Foi determinante para o governo não entregar a estatal o controle total do pré-sal. NEP – Nova Empresa de Petróleo – será a representante da União nos comitês operacionais dos blocos a serem explorados no pré-sal..

Preenchimento ART- Campo 34 - Anote o código - 0027

**Perspectivas Exploratórias
na Bacia do São Francisco****Renato Fonseca
Geólogo de Petróleo - CODEMIG**

A Bacia do São Francisco (BSF) possui cerca de 350.000km² de área e abrange uma parte significativa dos territórios de Minas Gerais e da Bahia. Destaca-se das outras bacias sedimentares interiores brasileiras por apresentar preenchimento sedimentar de idade neo-proterozóica, associado a dois eventos principais: o primeiro associado a um regime tectônico extensional do tipo rifte-margem passiva (idade aproximada 1.000Ma.) e o segundo evento, a um regime tectônico compressivo de antepaís (idade aproximada 600Ma.)

Podemos citar os seguintes fatores favoráveis à ocorrência de recursos petrolíferos na bacia:

- 1- Rochas com bom potencial gerador, identificadas em superfície e em poços perfurados pela CPRM, pertencentes ao Grupo Vazante, constituídas por folhelhos negros com Carbono Orgânico Total residual alto;
- 2- Vários indícios de gás natural de origem termogênica em exsudações, poços de água e em quatro poços exploratórios perfurados pela Petrobras no final da década de 80.
- 3- Presença de estruturas geológicas de grande porte, tanto na seção depositada no regime de rifte-margem passiva, quanto na seção depositada em regime de antepaís;
- 4- Ocorrência de reservas expressivas de hidrocarbonetos, principalmente de gás natural, em Bacias análogas, por exemplo na Sibéria Oriental (extensas bacias, a oeste do Lago Baikal), na Austrália (Bacia Central, próximo à cidade de Alice Springs) e na China (Bacia de Tarim).

Durante a vigência do regime de Monopólio da Exploração de Petróleo no Brasil, exercido pela Petrobrás, que vigorou até 1998, todas as bacias sedimentares brasileiras, que juntas perfazem uma área de cerca de 7,5 milhões de quilômetros quadrados, podiam ser exploradas exclusivamente pela Estatal. Em função da enormidade da tarefa com que se defrontou a Petrobrás, os trabalhos exploratórios nas bacias brasileiras tiveram que ser priorizados, levando-se em conta três fatores principais:

- 1- Modelos geológicos, por natureza, válidos para a época em que são concebidos e limitados pelo "estado-da-arte" do conhecimento de determinada Bacia;
- 2- Prioridade máxima para áreas com potencial de ocorrência de petróleo líquido (óleo) em oposição às áreas com maior probabilidade de ocorrência de petróleo no estado gasoso (gás natural);
- 3- Concentração dos esforços em áreas que

mostravam resultados positivos durante a exploração (por exemplo Recôncavo, Sergipe-Alagoas, Potiguar, Campos).

A Petrobrás fez muito, mas uma prova inofismável do esforço modesto que foi levado a efeito nas Bacias Sedimentares terrestres (por exemplo Parnaíba, Parecis, São Francisco) é o baixíssimo índice de intensidade exploratória nessas bacias, qualquer que seja o parâmetro escolhido para mensurá-lo, quilometragem sísmica/km² prospectável, número de poços exploratórios/ km² prospectável, etc. A própria Agência Nacional do Petróleo - ANP encontra dificuldade em atrair empresas para investir nas Bacias Sedimentares terrestres de fronteira, em função da escassez de dados existentes para avaliação do potencial dessas áreas.

Diante desse quadro geral, em 2005 foram licitados cerca de 40 blocos exploratórios na porção mineira da BSF. Cada bloco possui área de aproximadamente 3.000km², o que corresponde a uma Carta Geográfica do IBGE, em escala 1:100.000. Deve ser destacado o papel importante desempenhado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no sentido de realizar um trabalho de convencimento junto à ANP para que a decisão de licitar áreas na Bacia do São Francisco fosse levada a efeito.

Anunciado o leilão da sétima rodada de licitação de blocos exploratórios, havia incerteza em relação ao efetivo interesse de empresas de petróleo pelos blocos da BSF. A preocupação do Governo de Minas sempre foi no sentido de garantir que investimentos fossem realizados na Bacia e o seu potencial fosse avaliado da melhor forma possível. Para tanto, o Governo autorizou a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - CODEMIG a participar do leilão, de preferência em parceria com a iniciativa privada, para atuar também como um fator de estímulo ao investimento exploratório na BSF. A escolha de quatro blocos pela CODEMIG, em parceria, na forma de consórcio, com as empresas

privadas ORTENG, DELP e COMP, foi baseada em critérios técnicos. O Consórcio realizou a proposta vencedora no Bloco 132, localizado na porção centro-oeste do Estado, a oeste da Represa de Três Marias. Em dois outros blocos, a vencedora foi a Petrobras, em consórcio com a empresa British Gas, que arremataram em conjunto um total

de seis blocos.

Em resumo, o interesse demonstrado pelos blocos da BSF superou as expectativas iniciais e os trabalhos exploratórios desenvolvidos, principalmente pelos consórcios Petrobras/British Gas e CODEMIG/ORTENG/DELP/COMP, incluíram aerolevantamentos geofísicos, levantamentos geoquímicos de superfície e sísmica de reflexão 2D. Confirmando a existência de prospectos na Bacia, está anunciada a perfuração de poços exploratórios, sendo que o primeiro deles será o poço perfurado no mencionado Bloco 132, com início da sua perfuração previsto para novembro próximo.

Como demonstração do interesse despertado na BSF, o leilão da décima rodada, realizado em dezembro de 2008, onde novamente foram licitados blocos na BSF, apresentou pelo menos dois resultados importantes: a inclusão da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG no consórcio mineiro, onde fomos vencedores em quatro blocos exploratórios (Blocos 104, 114, 120 e 127) e a participação da gigante petrolífera Shell, vencedora em cinco blocos exploratórios.

Caso o esforço exploratório seja bem sucedido na BSF, vislumbra-se uma nova área de produção de gás natural no Brasil, localizada em região estratégica do território nacional, criando condições para a oferta de gás natural em quantidade e condições de competição com as outras fontes de energia fóssil. O gás natural, como sabemos, é o combustível fóssil menos poluente que o mundo conhece e o Brasil, como um país de baixo consumo per-capita de energia, em rota de crescimento econômico duradouro e sustentável, confirmando o seu destino de potência emergente, terá que incrementar a participação do gás natural em sua matriz energética. Para tanto, é fundamental que se pesquise as áreas onde possam ser encontradas reservas economicamente atrativas desse nobre combustível.

mais
ODONTO

Mais saúde para o seu sorriso

- Implantes dentários
- Aparelhos ortodônticos
- Tratamento de canal
- Prótese fixa e removível
- Cirurgias
- Estética
- Odontopediatria
- Periodontia

- Tabela especial de convênio para **associados SINGEO** e seus familiares (até 70% de desconto sobre CNCC).

- Pagamento superfacilitado e excelente localização. (Praça 7)

- Condições promocionais para ortodontia e implantes

Av. Afonso Pena, 748/ sl. 311 - Centro - Belo Horizonte

visite nosso site: www.maisodonto.com.br



Venha nos visitar ou agende sua consulta
(31) 3271-1355
Será um prazer atendê-lo!

Horário de funcionamento:
Segunda a sexta de 08:00 às 20:00

A CPRM COMPLETA AGORA, EM 2009, 40 ANOS. O QUE É POSSÍVEL COMEMORAR E O QUE A SOCIEDADE PODE ESPERAR DA EMPRESA PARA OS PRÓXIMOS ANOS?

Marco Antônio Fonseca,
Superintendente Regional
SUREG BH (desde 12/2008)



A CPRM ao longo de sua história passou por fases de grandes realizações e por momentos de dificuldades. Mas ao chegar a 40 anos, o balanço é, sem dúvidas, muito positivo, especialmente nos últimos anos, onde, em função da atenção dada pelo Governo Federal ao setor mineral brasileiro, a empresa vem experimentando um período de grandes avanços.

Internamente à organização, havia problemas estruturais muito graves, como ausência de um plano de carreira, fato que comprometia de forma acentuada o que uma organização detém de mais importante, que é a existência de um corpo de pessoal motivado e qualificado. Isso foi resolvido. Outro ponto que destacaria, foi a realização de novos concursos, com novos profissionais ingressando na instituição, o que era algo absolutamente necessário.

Para as atividades finalísticas, seja na área de aquisição de informação geológica, geofísica e hidrológicas/hidrogeológicas, os recursos não faltaram. Apenas para se ter uma idéia, de 2003 a 2009 estão investidos cerca de R\$ 100 milhões em mapeamento geológico. O problema é que o nosso passivo no que diz respeito à aquisição de informação geológica ainda é muito grande. Com relação à segunda parte da pergunta, creio que nenhum país desenvolvido pode prescindir de um Serviço Geológico competente e atuante. Digo Serviço Geológico uma vez que é importante enfatizar que suas funções já são aquelas de um verdadeiro Serviço Geológico, a despeito de formalmente a empresa ainda se chamar CPRM.

ALÉM DA FUNÇÃO DE EFETUAR A CARTOGRAFIA GEOLÓGICA DO PAÍS, QUE OUTRAS AÇÕES DA CPRM MERECEM DESTAQUE?

Como Serviço Geológico, todos aqueles problemas que têm interface com o meio físico e afetam diretamente a sociedade merecem atenção da empresa. Eu destacaria as ações na área de Hidrologia, onde a empresa executa um árduo trabalho no monitoramento da Rede Hidrometeorológica Nacional em parceria com a ANA, de fundamental importância para o país. Destacaria também os trabalhos na área de alerta de enchentes, que são projetos de sucesso, tais como os sistemas do Rio Doce, Manaus e Pantanal. Na área de gestão territorial, a CPRM tem um campo imenso a trabalhar, gerando as informações que são fundamentais ao planejamento de ações com interface ao

meio físico e desenvolvimento das comunidades.

EM MINAS GERAIS, QUAL A SITUAÇÃO DO CONHECIMENTO GEOLÓGICO?

Diria que Minas tem uma boa cobertura geológica. Temos cerca de 66% do estado cobertos na escala de 1:100.000, taxa muito superior à média nacional. Temos também um excelente acervo de dados geofísicos, acervo este que é o resultado de uma parceria profícua entre o Governo do Estado, através da CODEMIG e a CPRM. Mas ainda temos muitos projetos a desenvolver e já estamos trabalhando neles.

UM ASSUNTO QUE FOI BASTANTE COMENTADO PELA COMUNIDADE GEOLÓGICA FOI A TERCEIRIZAÇÃO DE MAPEAMENTO BÁSICO PARA AS UNIVERSIDADES. ISTO NÃO É UMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESLEAL, UMA VEZ QUE AS UNIVERSIDADES TÊM TODO O APARATO E FUNCIONÁRIOS JÁ PAGOS, EM DETRIMENTO DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS OU EMPRESAS CONSTITUÍDAS?

Veja, o que aconteceu não foi uma terceirização. Foi algo racional que já deveria ter sido feito. As universidades, por conta dos trabalhos de seus professores, como orientadores de graduação e pós-graduação, detêm um acervo gigantesco de informação geológica que não está disponível ao usuário em geral e mesmo ao próprio Serviço Geológico. O que a CPRM fez foi simplesmente possibilitar que esses dados fossem consistidos, adequados ao formato das bases da CPRM e disponibilizados à comunidade. Enfim, o critério de escolha de determinada quadrícula para ser trabalhada com a Universidade foi: se há dados preliminares, se já há conhecimento prévio pelos professores, vamos fazer com que estes dados sejam incorporados ao GEOBANK, juntamente com os mapas e relatórios no formato do Serviço Geológico do Brasil.

A CPRM TEM UM BANCO DE DADOS DE ALTO NÍVEL, COMO VC ACABOU DE AFIRMAR, O GEOBANK. COMO ESSAS INFORMAÇÕES PODEM SER UTILIZADAS PELA SOCIEDADE?

Essa é uma questão importante. Como empresa pública, a CPRM disponibiliza os dados por ela produzidos, dentro de alguns critérios, é claro. Mas estão todos lá. Lá aonde? No Geobank. O Geobank é um banco de dados desenvolvido em plataforma Oracle e atende às necessidades dos usuários (o acesso é público e se faz pelo próprio portal da CPRM). Disse no início que era importante uma vez que muitos usuários ainda desconhecem o Geobank.

QUAL A POSIÇÃO DA CPRM NUMA EVENTUAL MUDANÇA DE LEI, EM QUE TRANSFORMARA O DNPM EM AGENCIA?

A Diretoria da CPRM acompanha essa discussão. Mas ela está mais diretamente afeita ao DNPM em si, uma vez que a ele cabe a gestão da mineração Brasileira.

A CPRM CHEGA AOS 40 ANOS, O QUE PODEMOS ESPERAR DA EMPRESA NOS PRÓXIMOS ANOS, OU SEJA QUAIS AS PERSPECTIVAS DA CPRM E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Eu acho que o ano de 2009 foi decisivo para a empresa. A Diretoria, juntamente com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, num trabalho excepcional, conseguiu introduzir todos os empreendimentos da CPRM no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Isso significa que houve um entendimento claro, por parte do Governo, que a informação geológica, geofísica e hidrológica/hidrogeológica é fundamental para alavancar o desenvolvimento do país. A informação geológica passa a ser percebida como parte da infraestrutura básica a ser garantida pelo governo para induzir investimentos privados. Nesse sentido, vejo que a CPRM agora tem a responsabilidade de produzir tais informações com qualidade e de acordo com os prazos estipulados. Mais do que isso, a CPRM tem um desafio gigantesco: diminuir o passivo do quantitativo da informação geológica do território e, sobretudo, atuar nas interfaces onde a sociedade brasileira demanda sua ação em prol do desenvolvimento sustentável.

QUAIS SERÃO AS PRIORIDADES DA EMPRESA NAS PRÓXIMAS DÉCADAS HÁ UMA POLÍTICA DO GOVERNO PARA O SETOR MINERAL?

O Governo Federal trabalha na elaboração de um plano de longo prazo para o Setor Mineral Brasileiro (um horizonte de 20 anos). Esse trabalho está sendo conduzido pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Esse plano, com base na análise da situação atual e projeções para o futuro, com certeza trará elementos importantes que balizarão a ação governamental, para o planejamento de longo prazo, ai incluindo-se a própria CPRM. O planejamento de curto e médio prazo já é feito seja pelo Plano Anual de Trabalho da empresa seja pelo Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal.

 **CPRM**
Serviço Geológico do Brasil

**TRANSFORMAÇÃO DO DNPM EM
AGÊNCIA REGULADORA**

Apesar dos avanços realizados no Setor Mineral Governamental nestes últimos anos - a realização de concurso público, após 28 anos de paralisação, o processo em andamento de informatização e o plano de cargo e carreiras, assim como a criação de uma secretaria específica -. Porém, podemos dizer que o setor não está sendo priorizado como um todo pelo Ministério. A gestão do setor e ação de fomento por parte do MME deve ser altamente considerada e não eliminada, pois é função de Estado induzir e estimular o progresso. Deve ficar claro o que se requer é uma verdadeira política de Estado para o Setor. Ao deixar de produzir conhecimento geológico, questão fundamental para o desenvolvimento, acarretará a necessidade de adquirir matéria-prima mineral no exterior existente em nosso país.

Segundo o DNPM: Existem 150 mil processos ativos no DNPM de lavra e pesquisa mineral tramitando. Tudo isso pode ser feito na base de gerenciamento eletrônico, mas é necessário ter pessoal suficiente para agilizar esses processos e meios materiais. Em Minas Gerais, onde se encontra um terço da produção mineral brasileira, o DNPM tem apenas 63 funcionários, quando seria necessário 120. O órgão tem cerca de 1.200 empregados, com média de idade de 53 anos. Nos estados com maior produção mineral como MG e PA deveriam ter um aporte maior de pessoal e incremento da infraestrutura. Estes estados receberam, em 2007, R\$ 61 milhões e R\$ 34 milhões, respectivamente, referentes à exploração de minérios, particularmente minério de ferro. No mesmo período, somente o Rio de Janeiro recebeu R\$ 7 bilhões pela exploração de petróleo. E o DNPM não pode ser mero cartório de registro, a concessões de alvará, decretos de lavras e fiscalização não são realizados em todo o seu contexto acarretando a insatisfação e o desestímulo no trabalho.

A tendência político-econômica mundial no fim do século XX foi a redução da intervenção estatal na economia a partir de privatizações e concessões, adotando a política de um estado mínimo. Essa orientação se tornou explícita no consenso de Washington, embora questionada pela atual crise econômica, principalmente sob o aspecto da desregulamentação. No Brasil não foi diferente. A própria Constituição Federal de 1988 dispõe que a ordem econômica está fundamentada na exploração direta da atividade econômica pelo agente privado, cabendo ao Estado exercer as funções de fiscalizador e fomentador.

Esse modelo foi inspirado nas agências governamentais existentes nos Estados Unidos, segundo os valores desta democracia e dos aspectos de cidadania na

sociedade norte-americana, que constam de uma ampla autonomia, regulamenta e fiscalizam. Temos outra realidade e uma relação econômica diversa, se insere no raciocínio de uma formulação de Estado, daí a necessidade de sua fundamentação constitucional, além do Setor Mineral possui ainda uma relação econômica diversa, que vai desde garimpo, pequena e média empresas até jazidas de classe internacional.

O projeto de lei do Executivo Federal destinado a criar um modelo único de funcionamento das agências reguladoras (PL 3.337/2004) se encontra praticamente parado na Câmara dos Deputados. Mas o governo decidiu ressuscitar o projeto de lei que reestrutura as agências numa estratégia coordenada pela Casa Civil. O artigo mais polêmico é o que transfere das agências para os Ministérios a atribuição de conceder as outorgas de serviços, dividindo as três principais funções das agências são a regulação, a fiscalização e a concessão de outorgas.

Por ocasião de sua autarquiaização, em 1994, o DNPM adquiriu novas atribuições legais e teve ampliada a sua estrutura de representação regional de 12 para 25 distritos. Não obstante, manteve, à época, a mesma estrutura precária. Agora o governo visa criar uma agência reguladora para o Setor Mineral, ampliação dos royalties da atividade para todos os estados e município, descentralizando os recursos hoje destinados às unidades federativas produtoras e à União, como o aumento dos impostos e da alíquota sobre os royalties, passará dos atuais 2% para 10%.

Um ar de esperanças e incertezas envolve a todos no órgão, pois o DNPM encontra-se com a estrutura precária, com seu quadro técnico e administrativo encolhendo a cada ano por diversas razões, o órgão está fragilizado para o pleno exercício de suas competências e é necessário fazer mudanças profundas.

Segundo fontes oficiais, o projeto do novo marco regulatório da mineração irá à consulta pública ainda este ano, e como os trabalhos vem se desenvolvendo somente por uma cúpula técnica dentro do MME, excluindo totalmente os profissionais do DNPM e a comunidade em geral, principalmente a científica, assim como a estrutura sindical do órgão. A promessa de uma discussão após a entrega do projeto ao Congresso Nacional é não saber captar e utilizar o conhecimento e experiências adquiridas ao longo do tempo de trabalho com o seu imenso capital social e o seu acervo técnico. Um processo inverso e mais democrático é o que propomos, pois esta democracia representativa, que ai está não nos dá credibilidade e confiança de um bom trabalho, com a centralização no poder legislativo.

Nos últimos anos houve uma discreta

evolução nos serviços prestados pelo 3º Distrito, mais é necessário frisar o empenho pessoal dos funcionários, como por exemplo: greve, colocação de cargo a disposição, absorção das críticas da sociedade ao órgão, com isto conseguiram alguns avanços e ganhos. O Singeo-Mg e a ASSEMG procuraram contribuir com varias reuniões, de onde surgiu um documento com propostas remetido para os Diretores em Brasília. Temos em Minas Gerais o início da descentralização com a abertura de quatro novos escritórios regionais.

Enfim, o direito administrativo, considerado como forma de organização das atividades estatais, não poderia permanecer inerte à tão profunda mudanças, que vem ocorrendo. É fundamental que a sociedade se organize e participe junto com o governo, em relações horizontais, para que os desafios da modernidade possam ser superados. A questão esta fundada no interesse, pois se vão regulamentar interesses privatizados, em geral, na prática, têm sido impostos aos interesses públicos. Em suma as agências passaram a assumir competências de escolhas e de definições de políticas públicas, em seus setores respectivos, portanto, repetimos, tem a necessidade de um amparo constitucional para não termos a privatização do Estado.

Espera-se, portanto que ocorra a transformação do DNPM aliada ao aperfeiçoamento da legislação mineral, já que segundo fontes oficiais, o projeto de transformação do DNPM está amarrado ao novo marco regulatório da mineração, contudo, a discussão vem se desenvolvendo somente por uma cúpula técnica.

O SINGEO-MG entende que o fortalecimento do órgão gestor da mineração trará benefícios para todos os agentes envolvidos, sejam empresas, profissionais, centros educacionais e, principalmente, a sociedade brasileira. Entretanto, o efeito positivo só será pleno através de uma democrática e participativa discussão do marco regulatório e do seu novo modelo gerencial.

Geólogos José Maria Leal/Dower Alvim

EXECUTIVO**DIRETORIA EXECUTIVA**

Presidente

Dower Rios Freitas Alvim

Diretor Secretário Executivo

João Carlos Moreira Gomes

Diretor Financeiro

Antonio Geraldo da Silva

Diretor Administrativo

Francisca Maria Ribeiro Printes

CONSELHO FISCAL

Patrícia Alves Junqueira

Rosane Nascimento Silva

Márcia Regina Carvalho dos Santos Guimarães

PROJETO GRÁFICO

Gráfica do Oriente

IMPRESSÃO

Gráfica do Oriente